proposta aprovada pelo Ministro das Finanças, nos termos do mesmo artigo;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo único. É autorizada a 7.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública a mandar satisfazer, em conta da dotação inscrita no artigo 47.º, do capítulo 7.º, do orçamento do Ministério dos Negócios Estrangeiros para o ano económico de 1946; consignada a «Despesas de anos económicos findos», a quantia de francos suíços 3:332,00, importância da contribuição de Portugal para o Bureau International des Oeuvres Littéraires et Artistiques relativa ao ano de 1945.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 28 de Agosto de 1946. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *António de Oliveira Salazar* — *Júlio Carlos Alves Dias Botelho Moniz* — *Manuel Gonçalves Cavaleiro de Ferreira* — *João Pinto da Costa Leite* — *Américo Deus Rodrigues Thomaz* — *Augusto Cancellata de Abreu* — *Marcello José das Neves Alves Caetano* — *Clotário Luiz Supico Ribeiro Pinto*.

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS E COMUNICAÇÕES

Direcção Geral de Caminhos de Ferro

Decreto-lei n.º 35:834

Usando da faculdade conferida pela 1.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo único. E adicionado ao artigo 32.º do decreto-lei n.º 26:117, de 23 de Novembro de 1935, o seguinte parágrafo:

§ 5.º Sempre que o lugar de secretário do Fundo Especial de Caminhos de Ferro seja provido por um engenheiro de 1.ª ou 2.ª classe dos quadros dos serviços da Direcção Geral de Caminhos de Ferro, ficam-lhe assegurados, nas mesmas condições, os direitos consignados na alínea b) aos chefes das repartições técnicas.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 28 de Agosto de 1946. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *António de Oliveira Salazar* — *Júlio Carlos Alves Dias Botelho Moniz* — *Manuel Gonçalves Cavaleiro de Ferreira* — *João Pinto da Costa Leite* — *Américo Deus Rodrigues Thomaz* — *Augusto Cancellata de Abreu* — *Marcello José das Neves Alves Caetano* — *Clotário Luiz Supico Ribeiro Pinto*.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA

Direcção Geral dos Serviços Eléctricos

Decreto n.º 35:835

De harmonia com o disposto no artigo 33.º do decreto-lei n.º 35:403, de 27 de Dezembro de 1945;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.º É aprovado o regulamento dos concursos de admissão e promoção do pessoal do quadro perma-

nente da Direcção Geral dos Serviços Eléctricos, que faz parte integrante deste decreto e baixa assinado pelo Ministro da Economia.

Art. 2.º Os concursos abertos anteriormente à publicação deste diploma continuam a regular-se pelos preceitos constantes do decreto n.º 27:236, de 23 de Novembro de 1936, sendo-lhes, porém, aplicável o disposto no § único do artigo 3.º do regulamento anexo ao presente decreto.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 28 de Agosto de 1946. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *António de Oliveira Salazar* — *Clotário Luiz Supico Ribeiro Pinto*.

Regulamento dos concursos de admissão e promoção
do pessoal do quadro permanente
da Direcção Geral dos Serviços Eléctricos

I — Disposições gerais

Artigo 1.º A admissão e promoção de pessoal para preenchimento dos lugares do quadro permanente da Direcção Geral dos Serviços Eléctricos, a que se referem os artigos 27.º e 30.º do decreto-lei n.º 35:403, de 27 de Dezembro de 1945, serão feitas mediante concursos de aptidão profissional ou de provas práticas, de harmonia com o disposto no capítulo III do mesmo decreto-lei e nos termos definidos no presente regulamento.

Art. 2.º Os júris dos concursos serão constituídos por três membros escolhidos pelo director geral entre funcionários de categoria igual ou superior à das vagas a preencher, não podendo o presidente ter categoria inferior à de chefe de repartição.

§ 1.º Quando para a constituição do júri haja conveniência em recorrer a pessoas estranhas ao quadro da Direcção Geral dos Serviços Eléctricos, será a respectiva nomeação da competência do Ministro da Economia.

§ 2.º Nos concursos de promoção a engenheiro inspector superior o júri será constituído pelo director geral, que servirá de presidente, e por dois vogais do Conselho Superior de Electricidade.

Art. 3.º Os concursos serão abertos mediante aviso publicado no *Diário do Governo*, por prazos não inferiores a trinta e a dez dias, respectivamente para admissão e promoção, e a sua validade será de dois anos, a contar da data em que for tornada pública a ordem de classificação dos candidatos.

§ único. Nos concursos de admissão o prazo de validade poderá ser reduzido por despacho do Ministro da Economia, publicado no *Diário do Governo*, se, decorrido um ano, tiverem sido admitidos ao serviço ou desistido da sua admissão pelo menos metade dos candidatos aprovados no concurso.

Art. 4.º Encerrado o concurso, o júri verificará toda a documentação referente aos candidatos e a relação dos concorrentes que forem opositores obrigatórios, nos termos do artigo 31.º do decreto-lei n.º 35:403, e organizará a lista provisória dos candidatos admitidos, a qual será publicada no *Diário do Governo*, dando-se para reclamações o prazo que for julgado conveniente.

§ único. As reclamações, se não forem atendidas pelo júri, serão informadas por este e submetidas a despacho ministerial.

Art. 5.º Depois de resolvidas as reclamações publicar-se-á no *Diário do Governo* a lista definitiva ou declaração de que se mantém a lista primitiva e a indicação da data e local da realização das provas práticas ou do prazo para apresentação dos trabalhos, conforme os casos.

Art. 6.º Os programas das provas práticas a realizar nos diferentes concursos de admissão e promoção serão

aprovados pelo Ministro da Economia e publicados no *Diário do Governo*.

Art. 7.º O júri fará a classificação dos concorrentes em mérito absoluto e relativo, tendo em atenção, além do disposto no artigo 12.º, os seguintes elementos, conforme os casos:

- a) Apreciação das provas práticas prestadas pelos candidatos, em harmonia com os programas aprovados;
- b) Apreciação dos trabalhos originais exigidos nos termos dos artigos 17.º e seguintes e sua eventual discussão;
- c) Classificação da carta de curso, nos casos para que são exigidas habilitações especiais;
- d) Elementos que constarem dos processos individuais dos candidatos, designadamente tempo de bom e efectivo serviço, missões desempenhadas, louvores e castigos;
- e) Informações prestadas pelos respectivos chefes sobre o serviço de cada concorrente, abrangendo a sua competência, assiduidade, dedicação e qualidades directivas e de organização;
- f) Juízo formado por cada um dos membros do júri acerca das aptidões e conduta moral de cada concorrente;
- g) Razões de preferência determinadas pela idade dos candidatos em relação com as funções a desempenhar;
- h) Trabalhos executados pelos concorrentes;
- i) Valor dos documentos apresentados sobre a competência profissional dos candidatos e quaisquer outros elementos que sejam submetidos à apreciação do júri.

§ único. O júri elaborará, em seguida, a lista de ordenação dos candidatos aprovados, segundo a respectiva classificação em mérito relativo, a qual será publicada no *Diário do Governo*.

Art. 8.º As deliberações do júri serão consignadas em actas, assinadas por todos os seus componentes.

II — Concursos de admissão

Art. 9.º Os candidatos aos concursos de admissão para preenchimento de vagas dos quadros da Direcção Geral dos Serviços Eléctricos deverão apresentar os documentos seguintes dentro dos prazos de abertura dos referidos concursos:

- a) Requerimento dirigido ao director geral dos serviços eléctricos solicitando a admissão ao concurso, do qual conste a indicação do número e data do seu bilhete de identidade;
- b) Certidão de nascimento provando ser cidadão português, de maior idade ou emancipado, e não ter mais de 35 anos;
- c) Documento comprovativo de haver satisfeito às leis do recrutamento militar, se o candidato for do sexo masculino;
- d) Declaração a que se refere o decreto-lei n.º 27:003, de 14 de Setembro de 1936;
- e) Prova de que possuem as habilitações mínimas exigidas pelo artigo 21.º do decreto-lei n.º 26:115, de 23 de Novembro de 1935, e pelo artigo 28.º do decreto-lei n.º 35:403, de 27 de Dezembro de 1945, ou o exame de instrução primária, no caso de não serem exigidas habilitações superiores.

§ 1.º O júri poderá, se o entender conveniente, admitir provisoriamente os candidatos que tenham requerido a sua admissão e aos quais faltem algum ou alguns dos documentos mencionados no corpo do artigo, autorizando a sua junção dentro do prazo concedido para reclamações, a que se refere o artigo 4.º

§ 2.º O limite máximo de idade referido na alínea b) não tem aplicação para os candidatos aos concursos de admissão de chefe da Secção Administrativa e de dactilógrafos.

§ 3.º Se o concorrente for funcionário público, não terão aplicação os limites de idade a que se refere a alínea b) e os documentos necessários para instrução do seu requerimento poderão ser substituídos, total ou parcialmente, por uma certidão do departamento onde tiver prestado serviço, da qual constem descritivamente os documentos referidos, arquivados no seu processo cadastral.

Art. 10.º Os documentos da natureza dos previstos nas alíneas h) e i) do artigo 7.º, que os candidatos aos concursos de admissão pretendam submeter à apreciação do júri, poderão ser entregues até ao fim do prazo concedido para reclamações sobre a lista provisória, nos concursos de aptidão profissional, e, nos de provas práticas, até à data fixada para a sua realização.

Art. 11.º Na admissão de pessoal por concursos de aptidão profissional, para os quais é exigido um curso especializado, a ordenação dos candidatos será baseada principalmente no valor dos documentos apresentados e, em especial, na classificação da respectiva carta de curso.

Art. 12.º Nos concursos de admissão de escriturários de 2.ª classe os candidatos aprovados que tenham demonstrado possuir a habilitação mínima do 2.º ciclo dos liceus ou equiparada terão preferência absoluta sobre todos os restantes candidatos que não possuam a referida habilitação.

Art. 13.º Aos concursos de admissão de escriturários de 1.ª classe somente serão admitidos, mediante requerimento, os escriturários de 2.ª classe que possuam as habilitações legais e mais de dois anos de bom e efectivo serviço nesta categoria.

§ único. Se o número de candidatos aprovados for inferior ao número de vagas a preencher, poderá, até noventa dias após a publicação da lista de ordenação dos concorrentes, abrir-se novo concurso entre quaisquer indivíduos que possuam as referidas habilitações legais.

III — Concursos de promoção

Art. 14.º Aos concursos de promoção somente serão admitidos os opositores obrigatórios, salvo nos casos previstos nos artigos 24.º e 32.º do decreto lei n.º 35:403, de 27 de Dezembro de 1945, e no decreto-lei n.º 29:996, de 24 de Outubro de 1939.

§ único. A Secção Administrativa fornecerá ao presidente do júri, dentro do prazo de abertura do concurso, os elementos necessários para a elaboração da lista dos opositores obrigatórios.

Art. 15.º Nos casos a que se refere a última parte do corpo do artigo anterior os candidatos deverão requerer a sua admissão ao concurso dentro do respectivo prazo de abertura.

Art. 16.º Os documentos que os candidatos pretendam submeter à apreciação do júri poderão ser entregues até às datas fixadas para a realização das provas ou para a apresentação dos trabalhos, respectivamente nos concursos de provas práticas e de aptidão profissional.

Art. 17.º Os concursos de aptidão profissional para efeitos de promoção compreendem a elaboração de trabalhos originais dos candidatos, a submeter à apreciação do júri nos prazos de quatro e dois meses, respectivamente para engenheiro inspector superior e para as restantes categorias, apresentados em triplicado e satisfazendo às condições estabelecidas nos artigos seguintes.

§ único. O júri poderá determinar a realização de sessões orais para discussão e defesa dos trabalhos apresentados.

Art. 18.º Os trabalhos referidos no artigo anterior, a apresentar pelos candidatos aos concursos de promoção à categoria de engenheiro inspector superior, constarão de uma monografia versando o estudo de um problema

de carácter técnico ou técnico-económico, relacionado com a produção, distribuição ou consumo de energia eléctrica, ou, ainda, sobre a intervenção do Estado nas questões de electrificação.

Art. 19.º Nos concursos de promoção de engenheiros electrotécnicos à 1.ª classe os trabalhos versarão qualquer dos assuntos seguintes :

a) Desenvolvimento de um tema de carácter técnico que interesse à exploração das instalações eléctricas ou à actividade da respectiva indústria ;

b) Estudo crítico dos diferentes tipos de organização da pequena distribuição de energia eléctrica ;

c) Elaboração de um projecto de instalação eléctrica cuja natureza e características essenciais serão previamente submetidas à sanção do júri ;

d) Estudo de critérios de tarifação de energia eléctrica em alta ou baixa tensão.

Art. 20.º Nos concursos de promoção de engenheiros electrotécnicos à 2.ª classe os trabalhos versarão qualquer dos assuntos seguintes :

a) Elaboração de um projecto de instalação eléctrica cuja natureza e características essenciais serão previamente submetidas à sanção do júri ;

b) Estudo e justificação de um sistema de tarifação de energia eléctrica em alta ou baixa tensão ;

c) Projecto de um regulamento de segurança aplicável a determinado tipo de instalações ou de material eléctrico ;

d) Estudo crítico de um regulamento técnico existente.

Art. 21.º Nos concursos de promoção de engenheiros civis à 1.ª classe os trabalhos versarão qualquer dos assuntos seguintes :

a) Estudo relativo à orientação a seguir no aproveitamento hidroeléctrico dos rios portugueses, tendo em atenção as suas características e a natureza das necessidades de energia ;

b) Desenvolvimento de um tema de carácter técnico que interesse à construção ou à exploração de um aproveitamento hidroeléctrico a escolher pelo candidato e a submeter à aprovação do júri.

Art. 22.º Nos concursos de promoção de engenheiros civis à 2.ª classe os trabalhos versarão qualquer dos assuntos seguintes :

a) Desenvolvimento de um programa a estabelecer para o estudo de um aproveitamento hidroeléctrico ;

b) Apreciação crítica de um trabalho de construção ou da execução dos estudos de um aproveitamento hidroeléctrico que o candidato tenha acompanhado em serviço da Direcção Geral dos Serviços Eléctricos.

Art. 23.º Nos concursos de promoção a inspector electrotécnico os trabalhos constarão de um estudo técnico, económico ou de segurança, de qualquer tipo de instalações eléctricas, à escolha do candidato, de harmonia com os serviços que mais directamente tenha desempenhado.

Art. 24.º Nos concursos de promoção de agentes técnicos de engenharia electrotécnica à 1.ª e 2.ª classes os candidatos escolherão os trabalhos a apresentar de entre as seguintes modalidades :

a) Elaboração do projecto de uma instalação eléctrica de 3.ª ou 5.ª categoria, salvo se o candidato preferir projectar outro tipo de instalação para o qual obtenha a concordância do júri ;

b) Descrição sumária de uma instalação eléctrica previamente aceite pelo júri ; elaboração do respectivo esquema ; relatório de vistoria, com anotação das deficiências encontradas e proposta de alterações, de acordo com os regulamentos e normas de segurança.

Ministério da Economia, 28 de Agosto de 1946.—
O Ministro da Economia, *Clotário Luiz Supico Ribeiro Pinto*.